

# TOLO OU TODO-PODEROSO? – LEITURAS EM TORNO DE MACHADO DE ASSIS E A ESCRAVIDÃO

Raquel Machado Alves CAMPOS<sup>1</sup>

- **RESUMO:** A compreensão machadiana da escravidão e, principalmente, do processo abolicionista está no centro das leituras que defendem a vinculação íntima entre a literatura de Machado de Assis e a sociedade brasileira do Segundo Reinado. Tal compreensão não é, entretanto, motivo de consenso entre os estudiosos da obra do escritor. As diferentes visões em torno de qual seria a imagem do escravo e da abolição para Machado de Assis, bem como a relação que tais visões mantêm com a historiografia sobre a escravidão no Brasil imperial são as questões a partir das quais delinea-se este artigo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Crítica sobre Machado de Assis. Historiografia sobre a escravidão. “Bons Dias!”.

Em 2007, Eduardo de Assis Duarte organizou um livro que, algumas décadas antes, teria sido considerado impossível. Em *Machado de Assis afro-descendente* (ASSIS, 2007) encontram-se os textos em que de alguma maneira são figurados personagens negros ou mulatos e/ou aborda-se o problema da escravidão e sua abolição. São inúmeros e, diante deles, fica-se a se questionar como o romancista pôde ser acusado de absentéismo político, como um de seus biógrafos pôde chegar a afirmar que “era o espectador imparcial e desinteressado do espetáculo” (MATOS apud MAGALHÃES JUNIOR, 1971, p.117).

Isto que nos parece hoje impossível permaneceu por longo tempo a visão mais difundida do autor das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. E parecia encontrar sua justificativa principalmente na sua (falta de) posicionamento em face da escravidão. Em 1939, Mário Matos repetia uma abordagem que outra biógrafa de Machado de Assis, Lúcia Miguel Pereira, já havia adotado em 1936. Então, ela sublinhou o retraimento do escritor, sua atitude tímida diante da abolição da escravidão no Ceará, ocorrida em 1884 e que a *Gazeta de Notícias* – jornal para o qual Machado colaborava e de que era associado – aplaudiu em um número especial:

---

<sup>1</sup> Mestranda em História. UFG – Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia – Goiás – Brasil. 74001-970 – raquelmcampos@uol.com.br.

[...] em 1884, instado por Ferreira de Araújo para colaborar no número da “Gazeta” dedicado à libertação dos escravos na Província do Ceará, só haver conseguido produzir esta frase minguada e chôcha: “O Ceará é uma estrêla; é mister que o Brasil seja um sol”. Espremidas no fim de uma coluna cheia de exaltados elogios, ocupando apenas uma linha, as palavras de Machado de Assis têm um ar medroso e destoante de corcunda numa competição atlética (MATOS apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1971, p. 117).

E esta não era apenas a visão dos estudiosos do escritor. No capítulo que dedicou à “escravidão nas Belas Artes”, em seu *A campanha abolicionista* (1879-1888), publicado em 1924, o advogado Evaristo de Moraes não deixou de mencionar Machado. Reconhece-lhe – o que tampouco era ponto passível – a representação da sociedade brasileira, sobretudo carioca, o interesse por nossas coisas, costumes e paisagens, mas não crê que se deva procurar em sua obra mais do que breves referências “[...] a escravos e a fatos da Escravidão, [pois] nunca se deteve diante de uns e de outros”. E acrescenta: “Se Machado tinha, como há quem pretenda, alguma idéia acerca do temeroso problema, somente resolvido a 13 de maio, ninguém, através dos seus escritos, logrou divulgá-la” (MORAES, 1986, p.328).

Desfazer esta imagem de um Machado absenteísta, bem como afirmá-lo como um “romancista do segundo reinado” tornou-se o objetivo principal de uma geração de estudiosos que se destacou a partir dos anos 1950. Nomes como Astrojildo Pereira, Eugênio Gomes e, principalmente, Raymundo Magalhães Júnior. Incansável perscrutador dos escritos de Machado de Assis, que reuniu em uma dezena de volumes, o crítico empenhou-se de maneira decidida nesta empreitada. Em 1955, publicou *Machado de Assis desconhecido*, em que contestava o suposto absenteísmo de Machado através da demonstração de que ele tratou de todas as principais questões de sua época: o culto a Tiradentes, a questão Christie, a Guerra do Paraguai, a política, o imperialismo e, claro, a abolição. Está tudo lá, diz-nos ele, para quem quiser e souber ver:

Os que acusam Machado de Assis de indiferença pela abolição não se lembram de que as provas em contrário se acumulam em sua própria obra. Insistem, porém, em procurá-las fora do lugar, tomando como quantidade desdenhável, ou negligenciando, por descuido, o que essa obra tem de mais adequado à veiculação de tais idéias, isto é, a parte nitidamente jornalística (MAGALHÃES JÚNIOR, 1971, p.125-126).

Além de demonstrar a falsidade do rótulo, pois o romancista havia de fato abordado a questão, Magalhães Júnior também empenhava-se em evidenciar que

Machado havia se posicionado de maneira contrária à escravidão. Assim, ele acumula provas, datadas as primeiras de 1864, ou seja, de antes mesmo da primeira lei abolicionista (1871), que asseguram a simpatia de Machado de Assis pela supressão do cativo. Provas originadas não apenas de sua obra, mas também de sua atuação como funcionário no Ministério da Agricultura, em que assinou pareceres favoráveis à promoção da libertação dos escravos. O crítico abstinha-se, por outro lado, de desenvolver uma interpretação acerca da visão machadiana de sua sociedade, do papel que a escravidão desempenhava nela e de qual o impacto que a abolição representou. Limitou-se, como já dissemos, a evidenciar a existência destes temas e a condenação da escravidão.

E era justamente no sentido daquele aprofundamento que iriam avançar os estudos desenvolvidos a partir da década de 1970. Enfatizando a necessidade de re-situar Machado de Assis no interior da tradição romântica de representação da realidade nacional, seus autores iriam elaborar interpretações sobre a compreensão machadiana da sociedade brasileira do Segundo Império. Uma compreensão crítica e questionadora, evidenciada claramente em sua visão da escravidão, do escravo e da abolição.

## **Realidade nacional e escravidão em Machado de Assis**

Sem sequer se deter sobre as críticas dirigidas a Machado, Raymundo Faoro iria provar-lhes o equívoco ao escrever obra volumosa, em que analisava a configuração machadiana desse mundo brasileiro da segunda metade do século XIX. Recusando-se a se limitar aos romances, o autor de *Os Donos do Poder* oferece em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (publicado em 1974) a imagem de um escritor que revela o momento em que a velha sociedade de estamentos cede lugar à sociedade de classes. E revela-o, antes de tudo, como um moralista. Não um moralizador, mas um observador, um analista, para quem “o homem se explica e se revela no costume” (FAORO, 2001, p.537) – moralista, portanto, de “mores”, costumes. Diferencia-se, assim, de um sociólogo ou historiador, por não aceitar “[...] o constrangimento da conduta por obras das relações sociais, das instituições e das organizações” (FAORO, 2001, p.537). A Machado faltava, quase sempre, “[...] a compreensão da realidade social, como totalidade, nascida das relações exteriores e impregnada na vida interior” (FAORO, 2001, p. 545).

Quase sempre. Em relação à abordagem machadiana da escravidão, Faoro (2001, p.361) enfatiza que “[...] tudo está a testemunhar que há, na visão do escritor projetada sobre o problema servil, um processo novo na tomada de consciência da realidade”. Examinando as várias referências à escravidão e aos escravos, Faoro

detém-se sobre a famosa crônica da série *Bons Dias!*, publicada em 19 de maio de 1888<sup>2</sup>. É ela seu principal esteio para defender a originalidade e a argúcia do romancista na análise do real significado da abolição.

Somente ele, isolado na multidão que clama, ousou manifestar a inanidade do 13 de maio. Livre o escravo, estará na rua, sem emprego, ou receberá do senhor a esmola do salário, em troca de igual trabalho, com as antigas pancadas e injúrias. Muitos estadistas, políticos e escritores perceberam que a abolição feriria a organização do trabalho. A visão de Machado de Assis é outra, inédita e inesperada, embora traduza a mais elementar das reações. Desapareceu o cativo, mas ficaram de pé as instituições que sujeitam, prendem e agrilhoam o trabalhador livre. A crônica de 19 de maio desvenda a alma da propaganda abolicionista e a dependência do antigo escravo, agora mesquinamente assalariado (FAORO, 2001, p.356-357).

A perspicácia de Machado, segundo Faoro (2001), consiste, portanto, em perceber que, para além dos belos discursos, das comemorações em praça pública, há um estado de coisas que permanece fundamentalmente o mesmo. As mudanças, como sempre na história do Brasil, são apenas formais. As grandes leis redentoras não afetam senão marginalmente a realidade cotidiana do país. O trabalhador, seja ele livre ou escravo, é sempre cativo de uma ordem exploradora. Assim como os únicos beneficiados são sempre os senhores ou patrões.

Somente ele insistiu na calamidade que a alforria poderia significar para o cativo. O escravo seria livre, mas ficaria sem trabalho e sem pão, entregue à mendicância. O senhor, só ele, lucraria com o ato de generosidade, ao se desfazer de uma boca inútil, envelhecida ou estropiada no trabalho. A liberdade não passava, nas circunstâncias, de retórica cruel ou de mentira (FAORO, 2001, p.355-356).

O extremo ceticismo com relação à escravidão e às alforrias significava, sustenta Faoro, que Machado abandonava seu característico moralismo. O sociólogo, atento à realidade exterior, fixada na história e na sociedade, usurpava seu lugar ao moralista.

---

<sup>2</sup> Esta crônica, em que um senhor relata a concessão de alforria a seu escravo Pancrácio, está disponível em várias edições. Uma das melhores, que congrega toda a série *Bons Dias!*, é a organizada por John Gledson e publicada em parceria entre a Editora da Unicamp e a Hucitec (ASSIS, 1990). Foi dela que nos utilizamos. Na *Obra Completa* organizada por Afrânio Coutinho, há apenas uma seleção das melhores crônicas, no volume III (ASSIS, 1997). Há ainda uma edição explicativa de Raymundo Magalhães Júnior, publicada pela Ediouro sob o título *Diálogo e Reflexões de um Relojoeiro*. Gledson baseou-se nela e na leitura de jornais da época para compor sua própria edição anotada.

O sociólogo tem a função exclusiva, ao contrário de revelar a sociedade, de denunciar a presença de uma trama inacessível à vontade humana e ao protesto. Mostra, sob a aparência de estudioso das instituições sociais, a impotência para reagir diante do monstro inexorável que comanda homens e coisas. As relações sociais, a ordem social, a instituição, não são feitas pelo homem, são a ele superiores, esmagando-o, inflexivelmente (FAORO, 2001, p. 363-364).

Não obstante esse progresso, e a atribuição à sociedade de um forte poder de atuação sobre os homens, a essência do moralismo permanece: Machado é sempre um fatalista. Seus personagens seriam incapazes de tecer a própria história, impotentes diante de uma ordem social esmagadora. O escravo que emerge de seus escritos seria também filho desta ótica. Para Faoro (2001, p.365), o cativo machadiano, “[...] conformado com a sorte, [era] escravo também nos sentimentos que refletem as alegrias e tristezas do senhor”. Havia sem dúvida os que fugiam, mas estes não eram a maioria. Os cativos que Machado imaginou seriam passivos – não resignados, pois resignação supõe revolta íntima e esta lhes faltava –, aceitariam o que a sorte lhes reservou e, mais que isso, seriam alienados, incapazes de agir segundo uma racionalidade própria, limitando-se a exprimir valores e normas impostos pelos senhores.

O escravo se conforma à sorte, sem maldizê-la, submerso num mundo que não lhe permite esperanças, senão as recompensas depois da morte, no reino da bem-aventurança. Ele, ao contrário do negro importado, com a consciência recente da liberdade, capaz de lhe animar a fuga, afeiçoou a vida à escravidão, sem referência a nenhum valor que lhe inspirasse a revolta ou o mero protesto (FAORO, 2001, p. 365).

Três anos mais tarde, em 1977, outra obra consolidava o paradigma nacionalista de leitura da obra de Machado de Assis, ao mesmo tempo em que revolucionava a crítica machadiana. *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz (2001), permanece como um modelo para vários estudiosos do autor de *Dom Casmurro*. Aí, são objeto de estudo três romances de Machado escritos na década de 1870: *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878). A chave de análise de Schwarz encontrar-se-ia melhor explicitada, porém, no prefácio de *Um mestre na periferia do capitalismo*, estudo complementar ao de 1977 e publicado treze anos mais tarde. Nele, o crítico literário defende que Machado de Assis reivindicou “[...] o melhor do legado romântico – o sentimento de historicidade – contra a aliança em voga de pitoresco e patriotismo” (SCHWARZ, 2000, p.9). Era assim que se deveria interpretar o seguinte trecho de um texto tornado célebre pelos defensores do “brasileirismo” de Machado de Assis: *Notícia da atual literatura brasileira*:

Não há dúvida de que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferecem sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (ASSIS, 1997, p.804).

O brasileiro de Machado não seria, pois, - e ele mesmo o afirmara - um brasileiro de assuntos e temas. Trata-se, sustenta Schwarz, de uma brasilidade que prescindir de marcas externas, devendo ser descrita como uma forma. Mas uma forma que traz em si pautas da realidade nacional. Esta fórmula narrativa, que Machado teria adotado a partir das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, consiste “[...] em certa alternância sistemática de perspectivas, em que está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira. **O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país**” (SCHWARZ, 2000, p.11, grifo nosso). Os contornos da personalidade de Brás, sua volubilidade, seu falar afrontoso e erudito teriam sido construídos com o fim de dramatizar o comportamento da classe dominante brasileira no século XIX e sua existência marcada pela adesão a dois princípios contraditórios: o ideário liberal e a escravidão. É uma especificidade histórica que está em jogo. É sempre possível, concede o crítico literário, insistir em uma leitura que enfatiza o caráter universalista e a-histórico das personagens - e de Brás, sobretudo. Permanecer aí é, porém, permanecer na superfície. A construção da trama e a personalidade das personagens, sua atuação e seu modo de pensar compreendem-se ao inscrevê-los em um momento específico da história nacional, marcado este por uma certa estrutura de dominação: o paternalismo.

Neste sentido, a ruptura com relação à primeira fase relaciona-se à mudança de perspectiva do autor. Nos romances da década de 1870, Machado analisava a situação dos dependentes, examinados em sua relação com a família abastada. A narrativa era assim orientada para a análise da “prática multiforme e quase universal do paternalismo”, mas conforme uma intenção moralizante do autor. Isto porque, segundo Schwarz, Machado trata, nos três romances, da desigualdade social: o amor da heroína agregada pelo filho e herdeiro da família - amor que acarreta muitas dificuldades e quase nunca termina em casamento. Entretanto, ao invés de fazê-lo de uma perspectiva individualizante, liberal, ele idealiza a família e “[...] insiste no respeito e no decoro com que os conflitos devem se solucionar” (SCHWARZ, 2001, p.93). A força dos romances da grande fase decorreria justamente da desilusão de Machado com esse paternalismo conservador e da retomada das ligações com a modernidade européia, transformando a impropriedade mesma da convivência entre os princípios do liberalismo europeu e a submissão pessoal tipicamente brasileira

em tema – tema para o qual o grande romancista elaboraria o princípio formal da volubilidade do narrador.

Como se pode perceber, Schwarz não desenvolve uma discussão sobre a visão machadiana da escravidão ou de sua abolição. O lugar da escravidão em seu esquema de análise não deixa, por isso, de ser determinante. É que ela molda uma sociedade singular, cujas elites desejam ao mesmo tempo mantê-la e aderir aos princípios que a negam. A análise é centrada em como o romancista transforma em literatura esta convivência de contrários que é o traço marcante do Brasil oitocentista e de que ele se mostra plenamente consciente: a princípio, a partir da perspectiva dos homens livres dependentes; em seguida, a partir do ponto de vista da classe dominante.

Para o crítico inglês John Gledson, ao focalizar o grupo intermediário dos agregados e o fenômeno do favor – traços fundamentais do sistema social marcado pela escravidão –, Roberto Schwarz forneceu a chave para a compreensão da literatura machadiana. O autor de Machado de Assis: ficção e história (GLEDSON, 1986) afasta-se porém de Schwarz ao ressaltar a importância de uma visão particular de conjunto, a partir da qual o escritor teria orientado a elaboração de seus romances da segunda fase. Mais do que captar e dramatizar a estrutura do país, Machado de Assis possuía uma concepção própria da história do Brasil do II Reinado e seus romances pós-1880 foram escritos no sentido de externá-la. Ele não se limitou simplesmente a expressar, pela fórmula narrativa, uma estrutura de dominação. Aderira ao projeto romântico de contar a história através da literatura. Objetivou “[...] retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivia” (GLEDSON, 1986, p.16), abordando as transformações políticas e sociais por que passara o Brasil entre a década de 1840 e o início da República. Entre elas, a abolição.

A exemplo de Faoro, John Gledson também acredita que Machado percebesse a abolição de forma muito relativa. O crítico inglês (GLEDSON, 1986, p. 118-119) sustenta que o romancista “suspeitaria já que o fim da escravidão não traria as mudanças mais fundamentais desejadas pelos abolicionistas mais otimistas” e que teria decidido iniciar a série de crônicas *Bons Dias!* justamente para tratar desta não-revolução.

*Bons Dias!* começa a ser publicada em abril de 1888, quando já era certa a abolição. Várias das crônicas de período inicial (até fins de junho) tratavam da escravidão e de seu fim iminente ou consumado. Gledson (1986, p.137) apóia-se principalmente nas crônicas dos dias 11 e 19 de maio para defender que “[...] as opiniões de Machado quanto aos eventos de maio de 1888 eram inteiramente cétricas”.

A crônica de 19 de maio – o escrito machadiano mais evocado para demonstrar que o escritor percebia a abolição como um não-acontecimento – seria paradoxalmente o esteio de uma leitura diametralmente oposta a esta. Trata-se da análise proposta pelo historiador Sidney Chalhoub, que rejeita a tese de que Machado via na “abolição

[...] a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro” (GLEDSON, 1986, p.124).

Colocando-se na esteira de Schwarz e Gledson, Chalhoub (2003) defende, em *Machado de Assis historiador*, que ao conceber a literatura como modo de ler a história, o escritor apenas compartilhava visão bastante comum à época. Em seus romances, ele teria contado a história de um sistema de dominação calcado no paternalismo, isto é, em uma relação pessoal com os dependentes. Esta política de domínio, seu funcionamento e a maneira como os dependentes atuavam explorando-lhe a lógica, mas em benefício próprio, estariam presentes tanto em romances da primeira quanto da segunda fases. Machado não teria, porém, se limitado a explicitar a ideologia senhorial e a atuação possível aos subalternos naquela sociedade paternalista. De *Helena a D. Casmurro*, sustenta Chalhoub, o escritor escreveu a história da falência desta política de domínio – falência esta fruto da ação independente dos dependentes. Machado teria focalizado três momentos na história da dominação paternalista da elite brasileira: os anos 1850, quando esta elite está segura de si, é o momento em que se desenrolam o enredo de *Helena* e das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*; a década de 1870, período em que se passa a trama de *Iaiá Garcia*, marca a crise e o início da falência do paternalismo; já os anos 1900 são o tempo em que a classe senhorial enfraquecida se dá conta de que seu poder foi roído pelos dependentes, que agiam perseguindo lógicas próprias enquanto davam a entender que apenas obedeciam. Seria esta a alegoria política por trás de *Dom Casmurro*, obra de acusação em que um representante da família abastada interpreta, retrospectivamente, esta ação independente como sinal de traição.

A abolição, que Chalhoub estudara em *Visões da Liberdade*, estaria significada no interior deste processo de falência do paternalismo. Para o historiador, na crônica de 19 de maio, “[...] ao contrário das aparências, Machado oferece uma explicação para as mudanças [...]. Ele identifica pelo menos três aspectos essenciais no processo histórico das duas décadas precedentes” (CHALHOUB, 2001, p.99).

O primeiro destes aspectos diz respeito ao dilema entre o direito à liberdade e a defesa da propriedade privada, dilema que mobilizou o Estado e a elite imperais e que acabou por deixar ressentida a classe proprietária diante das interferências do aparato político-institucional na relação senhor-escravo. Um ponto abordado, de maneira divertida, no primeiro e no último parágrafos da crônica, em que o senhor, contrariado diante das interferências do Estado, resolve antecipar-se a ele, concedendo a alforria a Pancrácio. Mas, como o faz no apagar das luzes, “[...] é claro que o senhor pertence ‘a uma família de profetas [...] depois do gato morto’, e sua atitude é apenas hipócrita e interesseira” (CHALHOUB, 2001, p.99).

O outro aspecto abordado por Machado, prossegue o historiador, é a falência de uma certa política de domínio, que se sustentava na alforria como prerrogativa

exclusiva do senhor e que tinha por objetivo a produção de dependentes, a transformação dos ex-escravos em libertos fiéis e submissos aos antigos senhores. Chalhoub afirma que isto aparece na crônica a partir do momento em que Pancrácio, como um furacão, entra em cena e abraça os pés do seu senhor e, em seguida, segundo as expectativas deste, revela de forma hilariante perceber a liberdade como continuação da vida em cativeiro. O historiador admite que Machado possa estar enfatizando a continuidade da exploração, mas pondera que “[...] se pararmos aí, perdemos o essencial quanto à comicidade da cena: a situação descrita é absurda, quase completamente inverossímil” (CHALHOUB, 2001, p.100). Isso porque às portas da abolição já não existiam, principalmente na Corte, negros que interpretassem a liberdade como continuação da antiga servidão.

Finalmente, o terceiro aspecto levantado é o da mudança na postura dos próprios escravos que, a partir de 1870, adotaram atitudes mais firmes na luta pela liberdade. Esta mudança é simbolizada pela constatação do senhor de que Pancrácio crescera “imensamente”, sendo mesmo quatro dedos mais alto do que ele, senhor. Sua interpretação, assevera Chalhoub, é corroborada pela própria idade de Pancrácio que, tendo “mais ou menos” 18 anos em 1888, havia nascido no início da década de 1870 – momento decisivo no encaminhamento político da “questão servil”, quando se promulgou a chamada “lei do ventre livre”.

Estes três aspectos consistiriam na visão machadiana da escravidão. É interessante notar que um apoio fundamental para a leitura proposta pelo historiador é a narração em primeira pessoa. Chalhoub apóia sua análise na tese de que, ao contrário do que Faoro e Gledson supõem, a crônica expressa, de forma manifesta, não a visão de Machado, mas a do senhor. É ele quem crê que a abolição nada muda em suas relações com Pancrácio.

É também a partir daí que John Gledson (2006) constrói a defesa de seu ponto de vista quando, para o seu *Por um novo Machado de Assis*, reescreve o texto sobre “Bons Dias!”. Segundo o crítico, é no mínimo um equívoco atribuir a crônica de 19 de maio, bem como toda a série, a um narrador que assumiria a autoria das mesmas. Um equívoco que, conforme explica em sua nota de número 21, advém de

[...] três erros fundamentais: 1). Uma tendência a escolher só certos trechos de uma crônica, e não ver que cada uma tem que ser analisada e explicada inteira; 2). ler as crônicas como se fossem uma espécie de romance, ilusão sem dúvida fomentada pela publicação em livro (por isso, “Policarpo”, para esse autores, é o “narrador” (termo de uso bastante questionável neste contexto, como veremos), e tem esse nome ao longo da série inteira, apesar de a palavra só ser mencionada uma vez, na décima crônica); e 3). sobretudo, não entender a ironia (GLEDSON, 2006, p.403-404).

Para Gledson, se Machado moldou a *persona* do cronista nesta série, o fez em pouca medida. A figura do relojoeiro – que o cronista, ao apresentar-se ao leitor,

afirma ser sua antiga profissão – deve ser associada ao seu contexto imediato na primeira crônica. Além disso, as outras poucas vezes em que aparece, o faz de forma secundária e insignificante. A questão é que, diz o crítico, ao contrário do que ocorre em um romance ou conto, não há necessidade de coerência na criação da *persona* do cronista. E sentencia: “Falar de um ‘narrador’, como pode existir num romance ou num conto, numa série de crônicas como essa é no mínimo um exagero, no máximo uma distorção da verdade e uma complicação inútil” (GLEDSON, 2006, p.150).

Diante de tais críticas, seria de se esperar que, em relação à discussão sobre a visão machadiana da abolição, Gledson refutasse a interpretação de Sidney Chalhoub – também assentada, como vimos, na suposição de que a crônica possui um narrador distinto de Machado de Assis e que o que lemos não é uma descrição do que de fato aconteceria após a abolição. Pelo contrário, o que já vinha acontecendo era que os escravos contestavam a autoridade de seus senhores.

Entretanto, Gledson (2006, p.158) afirma, de maneira algo surpreendente, que “Chalhoub concorda com a minha interpretação dessas crônicas como um todo, e até com a desta em particular”. Isto porque, explica-nos o crítico, não haveria discordância entre a argumentação do historiador de que toda a cena descrita na crônica não passa de um absurdo, sendo realisticamente impossível em 1888, e a sua própria. Ainda que não o tivesse dito explicitamente, podia-se subentender que também ele via no narrador o exemplo de um proprietário que estava tentando fazer o que todos os senhores fizeram quando tiveram certeza da Abolição: alforriaram seus ex-escravos a fim de tentar manter a autoridade sobre eles, transformando-os em dependentes mal pagos e com sua cota diária de agressões. Acontece que, para Chalhoub, era claro que tais tentativas estavam fadadas ao fracasso e que isto era claro para qualquer um que testemunhou os acontecimentos de 1888. Qualquer um, e ainda mais um escritor como Machado de Assis, podia perceber que os senhores haviam perdido o seu poder de mando, antes mesmo da assinatura da Lei Áurea. Qualquer um, e ainda mais um escritor como Machado de Assis, podia perceber que as relações de dominação passavam por uma modificação determinada também em grande parte pela mudança nas atitudes dos escravos.

Em apoio à sua argumentação sobre a postura dos escravos, Chalhoub evocava, além da passagem em que o senhor reconhece o crescimento de Pancrácio, o próprio nome do escravo. É em relação a esta interpretação, somente, que John Gledson reconhece uma discordância com o historiador. Em *Visões da Liberdade* (CHALHOUB, 2001), este defendia que Pancrácio tem dois sentidos. Um é o mais óbvio e encontra-se no dicionário: tolo. O outro deve ser deduzido e tem o poder de subverter o discurso do narrador: originando-se pancrácio do grego *pagkerátios*, de *pagkerátion*, de *pan*, “todo” e de *kerátos*, “força”, passando para o latim *pancratiu*, “forte

em tudo, que domina tudo, todo-poderoso”, Pancrácio significaria também “aquele que tem todo o poder”.

Em que sentido poderíamos dizer isto? – pergunta-se Gledson, para quem a argumentação de Chalhoub não convence. Pancrácio não demonstra, ao longo de toda crônica, qualquer atitude de independência e, além disso, fala como um boçal. Donde conclui que “[...] se Pancrácio é outra coisa diferente do que parece, isso depende bastante – diria eu, além do verossímil – da não-confiabilidade do narrador” (GLEDSON, 2006, p.160).

Retornamos, assim, ao problema da confiabilidade do narrador da crônica, um narrador em 1ª pessoa. Se há alguma possibilidade de arrancar uma significação à crônica de 19 de maio, ou, por outras palavras, alguma possibilidade de se decidir sobre a visão machadiana da abolição, ela parece depender em grande parte da decisão sobre a relação entre narrador e verdade. Mas esta decisão, por sua vez, depende de fatores outros que os meramente literários. Sua chave está sugerida pelo próprio John Gledson, quando revela ter adquirido a “[...] percepção de quanto é revelador o conhecimento da História do Brasil para o conhecimento da obra” de Machado de Assis (GLEDSON, 1986, p. 15). Pois a questão é que o conhecimento da História do Brasil é, também ele, histórico. E a divergência de interpretações entre Gledson e Chalhoub encontra sua inteligibilidade na adesão a duas vertentes distintas da historiografia sobre a escravidão. Subjacente a essas diferentes abordagens da literatura machadiana, há um debate historiográfico acerca do significado mesmo da escravidão no Brasil e do papel que os cativos assumiram tanto em sua manutenção quanto em sua extinção.

## **A historiografia sobre a escravidão no Brasil**

Em *Visões da Liberdade*, Sidney Chalhoub (2001, p.36) recorre à literatura de Machado de Assis, além de a processos-crime envolvendo escravos e a ações cívicas de liberdade, no intuito de fundamentar uma crítica contundente ao que ele chama de “[...] um dos mitos mais célebres da historiografia: a coisificação do escravo”.

Esse “mito” afirmou-se a partir dos anos 50-60, quando se desenvolveu uma historiografia fortemente avessa à tese, defendida por Gilberto Freyre em *Casa-grande e Senzala*, do caráter benevolente da escravidão brasileira. Tal benevolência seria devida à existência de uma sociedade paternalista, em que, em razão da vital importância das relações de caráter pessoal, “[...] predominavam a empatia entre as raças e a amenidade na relação senhor-escravo, características que explicariam

a miscigenação e seriam peculiares no quadro geral do escravismo americano” (QUEIRÓZ, 1998, p.104).

A uma tal concepção da escravidão negra, a qual fundamentou um outro mito persistente, o da democracia racial brasileira, opuseram-se estudiosos como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso – grupo que constituiu a chamada “Escola Paulista de Sociologia”. Suas discussões a propósito da escravidão brasileira inseriam-se no quadro mais amplo de uma reflexão sobre a posição periférica, dependente, que o Brasil sempre ocupou no sistema capitalista. Buscando compreender as raízes históricas dessa posição é que se voltaram para o escravismo, base do sistema produtivo brasileiro por mais de 300 anos, e para a sua transição à economia capitalista.

Concluíram que a escravidão era “[...] a pedra basilar no processo de acumulação de capital, instituída para sustentar dois grandes ícones do capitalismo comercial: mercado e lucro” (QUEIRÓZ, 1998, p.106). Mas teve efeitos nefastos sobre os agentes produtivos. Submetidos a um extremado grau de violência, proibidos de constituir família<sup>3</sup>, equiparados a uma mercadoria, os cativos “[...] poderiam – no dizer de Fernando Henrique Cardoso, chegar até a coisificação absoluta” (QUEIRÓZ, 1998, p. 106). Isso significava, ainda segundo Cardoso (objeto direto da crítica de Chalhoub), que

[...] o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores. [...]. Nesse sentido, a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos (CARDOSO, 1991, p.125).

Esse escravo alienado, “incapaz de ação autônoma” não poderia desempenhar um papel decisivo no processo de desagregação do escravismo. Segundo o marxismo de Cardoso e seus colegas, a abolição explica-se pelo fato de a escravidão representar um entrave à continuidade do desenvolvimento em direção a uma economia capitalista. Entrave porque supunha a conciliação, no interior da propriedade fundiária, de “[...] dois princípios que são essencialmente opostos: produção dos meios de vida e produção de mercadorias” (FRANCO, 1997, p.11). A instalação do capitalismo exigia, antes de tudo, a expulsão dos custos de reprodução da força de trabalho para fora da unidade produtiva.

---

<sup>3</sup> Nos últimos anos, foram publicados inúmeros estudos que, dedicados à família escrava, contestaram a tese de que ela não existia. No primeiro capítulo de *Na Senzala, uma flor*, Robert Slenes (1999, p.27-68) oferece um excelente histórico da discussão a este respeito, bem como um apanhado das publicações nacionais sobre o assunto.

É impossível negar que um tal entendimento das mudanças históricas não abre espaço para a ação cotidiana dos indivíduos. Tudo se passa como se estivesse destinado a acontecer – ou, ao menos, como se o indivíduo fosse insignificante demais para fazer frente ao peso das estruturas econômicas. Dentro do marxismo, a crítica a este tipo de análise foi feita pelo inglês E. P. Thompson que, estigmatizando o marxismo estruturalista como um “planetário de erros”, enfatizou a necessidade de se compreender “[...] que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistência e acomodações, cheias de ambigüidades” (LARA, 1995, p.46).

É esta posição teórica que se encontra na base da nova historiografia sobre a escravidão, surgida nos anos 80 e à qual filiam-se, além de Chalhoub, os historiadores Sílvia Hunold Lara, Eduardo Silva, João José Reis, Hebe Maria Mattos, entre outros. Suas análises são guiadas pelo desejo de inserir a experiência negra na história da escravidão no Brasil. Censuram aos estudos dos anos sessenta o fato de que, em vista de sua preocupação excessiva em discutir se a presença do escravismo significou a instituição de um modo de produção historicamente novo, acabaram por consagrar uma leitura da sociedade colonial que, por enfatizar a violência e os interesses econômicos, “privilegiava a ótica senhorial e resultava na exclusão dos escravos” (LARA, 1995, p.46). A inclusão dos excluídos implicava uma nova abordagem da relação senhor-escravo, repensada a partir de uma noção de paternalismo associada aos conceitos de luta de classes e hegemonia.

A recuperação da imagem de uma sociedade paternalista para a análise da escravidão negra havia sido feita por Eugene D. Genovese em seu monumental *Roll, Jordan, Roll*<sup>4</sup>. Esta obra, que exerceu influência marcante sobre os autores supracitados, “[...] se constitui numa verdadeira ‘ponte’ entre as reflexões thompsonianas e a história da escravidão no Brasil” (LARA, 1995, p.46). Mas despertou a ira dos historiadores ligados à “teoria do escravo-coisa”, que consideraram que a nova historiografia – “neopatriarcalista”, no dizer de Jacob Gorender – aproximava-se das análises de Gilberto Freyre, procedendo a uma reabilitação da escravidão e dos valores senhoriais. Ledo engano, responderia Sílvia Lara, afirmando existir uma enorme diferença entre o paternalismo freyreano e o de Genovese.

Na obra de Freyre, o paternalismo é, sem dúvida alguma, um termo descritivo e impreciso, que oferece a perspectiva de uma análise da sociedade “a partir de cima” e implica noções idealizadas de calor humano e valorização das relações pessoais [...]. Em Genovese, o paternalismo não está dissociado do conceito de hegemonia, que nada tem em comum com a noção de consenso, representando ao contrário sua antítese, pois implica luta de classes e não

---

<sup>4</sup> Parte desta obra foi traduzida para o português: Eugene Genovese (1988).

tem significado fora dela: constitui um modo de definir a contenda histórica da luta de classes em tempos de aparente aquiescência social (LARA, 1995, p.48-49).

A relação senhor-escravo é pensada dentro de uma visão contratualista, em que se delineiam direitos e deveres recíprocos. Entretanto, isso não significa que não se tratasse de uma relação extremamente violenta, mas sim que os cativos, agindo segundo lógicas e racionalidades próprias, lograram conseguir espaços de autonomia dentro do cativeiro. Ou seja, a manutenção da ordem escravista dependia de uma política de domínio em que paternalismo e violência alternavam-se. Dentro desse espaço de manobra que conheciam muito bem, os cativos – agentes históricos apesar da escravidão – conseguiam arrancar dos senhores conquistas como a formação do pecúlio para a compra da alforria.

A manutenção da escravidão, no interior dessa realidade de luta de classes sem classes, foi possível, segundo Hebe Maria Mattos (1997) enquanto as conquistas dos escravos permaneceram na dependência do arbítrio senhorial, isto é, enquanto apareciam como privilégios individuais concedidos pelo senhor, e não como direitos. A partir do momento em que o tráfico interprovincial generalizou uma noção de “cativeiro justo”, sem o qual o senhor não merecia obediência, “[...] a própria essência da dominação escravista, que residia na capacidade de transformar em privilégio toda e qualquer concessão à ausência de prerrogativas inerente ao estatuto do escravo” esfacelou-se (MATTOS, 1997, p.359-360).

E aqui é resgatado o papel significativo que os escravos assumiram na destruição da ordem escravista. Pois os cativos negociados no tráfico interno trouxeram consigo noções costumeiras do que consideravam ser a vida em cativeiro ou, nas palavras de Chalhoub (2001, p.58-59), havia visões escravas da escravidão,

[...] elaboradas na experiência de muitos anos de cativeiro, nos embates e negociações cotidianas com os senhores e seus agentes. Eles aprenderam a fazer valer certos direitos que, mesmo se compreendidos de maneira flexível, eram conquistas suas que precisavam ser respeitadas para que seu cativeiro pudesse ter continuidade: suas relações afetivas tinham de ser consideradas de alguma forma; os castigos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia formas mais ou menos estabelecidas de os negros manifestarem suas preferências no momento decisivo da venda.

Quando chegavam aos novos plantéis do sudeste, estes escravos – em sua grande maioria, crioulos – viam-se novamente reduzidos a uma situação de total ausência de prerrogativas, condição a que não aceitariam voltar e que impôs uma pressão constante no cotidiano da propriedade. O medo gerado por esses “escravos

maus vindos do norte”, que pareciam uma ameaça constante à segurança de seus senhores, teria sido uma das razões que conduziram ao encaminhamento da “questão servil”.

Vemos assim delineadas duas perspectivas concorrentes da escravidão negra no Brasil: uma que insere a discussão sobre o escravismo no estudo mais amplo sobre a sociedade colonial e postula a coisificação do escravo como decorrência de sua mercantilização; outra que, no intuito de resgatar a experiência escrava da escravidão, elabora uma nova compreensão da relação senhor-escravo, em que este, agindo segundo uma lógica e racionalidade próprias, conseguia converter em proveito próprio algumas das estratégias senhoriais, desempenhando papel importante na dissolução da ordem escravista.

Não é difícil perceber que Faoro e Gledson – e mesmo Schwarz – baseiam sua leitura de Machado na primeira das perspectivas apontadas, enquanto Chalhoub é um representante da nova historiografia dos anos 80. Os pressupostos historiográficos que adotam conduzem-nos a afirmar uma certa posição do Bruxo do Cosme Velho com relação à abolição. Enquanto uns percebem antes continuidades que rupturas, o outro ressalta que Machado buscou explicar as mudanças que nela e dela redundaram.

Torna-se, assim, revelador que em sua nova versão de “Bons Dias!”, John Gledson continue a citar a obra de Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, com sua interpretação de que as leis abolicionistas – e mais especificamente a de 1885 – atenderam antes aos interesses dos senhores que aos dos escravos. E que silencie sobre a historiografia desenvolvida a partir da década de 1980, que, entre outros pontos, empenhou-se em mostrar que os debates em torno destas leis foram intensos e as oposições que suscitaram, grandes, porque contribuíram de maneira efetiva para o processo abolicionista no Brasil. Haveria aí uma dificuldade em assumir o caráter provisório deste tipo de interpretação, porque provisórias as bases em que se assentam?

Historiador, Chalhoub não poderia deixar de deter-se sobre este problema em sua resenha ao *Por um novo Machado de Assis*. Após reiterar sua adesão à hipótese materialista de Roberto Schwarz (2000, p.11), de que “o dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país” – hipótese que é confessadamente também a de John Gledson (2006, p.115) –, o historiador defende que “[...] se a história é tão importante para ler Machado, então é preciso ir além [...] de supô-la imóvel em estruturas desvendadas de uma vez para sempre. Há história, *good grief*, no próprio modo de conhecer a história”.

CAMPOS, Raquel Machado Alves. Fool or almighty: readings on Machado de Assis and slavery. **Revista de Letras**, São Paulo, v.48, n.2, p.111-127, July./Dec. 2008.

- **ABSTRACT:** *Machado de Assis's understanding of slavery and mainly of the abolitionist process is in the core of the readings which support a close linkage between Assis's literary work and Brazilian society under the Second Reign. Such understanding is not, however, consensual among experts on the writer's work. The issues dealt with in this paper concern the different visions of how Assis portrayed abolition and the slaves themselves, as well as the relation such visions bear with historiography of slavery in Imperial Brazil.*
- **KEYWORDS:** *Critique of Machado de Assis. Historiography of slavery. "Bons Dias!"*

## Referências

ASSIS, Machado de. **Machado de Assis afro-descendente:** escritos de caramujo: antologia. Organização, ensaio e notas de Eduardo de Assis Duarte. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

\_\_\_\_\_. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: \_\_\_\_\_. **Obra completa.** Organizada por Afrânio Coutinho. 9.reimp. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v.3, p.801-809.

\_\_\_\_\_. **Bons Dias!** Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec: Ed. Unicamp, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CHALHOUB, Sidney. John Gledson, leitor de Machado de Assis. **ArtCultura:** revista de história, cultura e arte, Uberlândia, v.8, n.13, p.109-115, 2006.

\_\_\_\_\_. **Machado de Assis historiador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis:** a pirâmide e o trapézio. 4.ed. rev., São Paulo: Globo, 2001.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

GENOVESE, Eugene **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GLEDSON, John. **Machado de Assis**: ficção e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Por um novo Machado de Assis**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: **Projeto História**, São Paulo, n.12, p. 43-56, 1995.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Machado de Assis desconhecido**. Texto definitivo, revisto pelo autor. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes, 1971.

MATTOS, Hebe Maria. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**: império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.2, p. 337-383.

MORAES, Evaristo de. Apêndice: a escravidão nas Belas Artes. In: \_\_\_\_\_. **A campanha abolicionista (1879-1888)**. 2ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p.317-406.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p.103-117.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2001.

\_\_\_\_\_. **Um mestre na periferia do capitalismo**. 4.ed. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2000.

SLENES, Robert W. Histórias da família escrava. In: \_\_\_\_\_. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 27-68.